

Sua Excelência
O Primeiro Ministro
Rua da Imprensa à Estrela, 4
Lisboa

32

Lisboa, 6 de fevereiro de 2023

Reunião extraordinária do Conselho Europeu de 9 a 10 de fevereiro de 2023

Senhor Primeiro-Ministro,
Excelência

A União Europeia precisa urgentemente de melhorar a competitividade e as condições de investimento na Europa para conseguir alcançar a transformação e descarbonização da economia.

Para tal é necessário abordar os altíssimos custos regulatórios e de energia que as empresas suportam ao operar na Europa, mas também os longos e complexos procedimentos de licenciamento, e criar condições atrativas para o investimento privado que, em pleno respeito pelas regras da Organização Mundial do Comércio, contrariem o impacto negativo de medidas como a Lei de Redução da Inflação dos EUA ou a política de elevados subsídios levada a cabo na China.

É com estas preocupações que recebemos a comunicação da Comissão Europeia “A Green Deal Industrial Plan for the Net-Zero Age”. Esta comunicação reforça a importante componente de política industrial, sem a qual não será possível alcançar os objetivos e metas que a UE se propôs no Pacto Ecológico Europeu. De facto, não será possível alcançar uma economia verde sem a participação ativa da indústria. Esta comunicação aborda desafios acrescidos que deverão ser bem avaliados e confrontados com uma maior ambição e urgência.

A transformação da indústria e, consequentemente, da sociedade e da economia será profunda no médio e longo prazo. A economia verde oferece grandes oportunidades de negócio, mas acarreta igualmente muitos riscos, caso não seja acompanhada de medidas adequadas que permitam à UE assegurar a liderança e alcançar vantagens competitivas.

CIP Confederação Empresarial de Portugal

Sede: Praça das Indústrias – 1300-307 LISBOA . Telef: (+351) 21 316 47 00 . Fax: (+351) 21 357 99 86 . geral@cip.org.pt . NIF: 500 835 934
Porto: Av. Dr. António Macedo – 4450-617 Leça da Palmeira . Telef: (+351) 22 600 70 83 . Fax: (+351) 22 606 20 10 . associados@cip.org.pt
Bruxelas: Av. de Cortenberg, 168, 6^{ème} . B-1000 Bruxelles – BELGIQUE . Telef: (+32) 227 325 257 . cipbrussels@cip.org.pt
Registo de Transparência da UE: 022255314501-32 . Site: www.cip.org.pt





Concordando com os quatro pilares em que assenta a estratégia apresentada pela Comissão Europeia, consideramos ser necessária uma análise aprofundada do impacto de algumas propostas, bem como uma auscultação e diálogo com a indústria na sua implementação.

1. No pilar regulatório, lamentamos não ver refletida a necessidade urgente de reduzir a carga regulatória na UE. A UE dificilmente conseguirá competir com outras partes do mundo em matéria de subsídios, pelo que a redução e simplificação regulatória se reveste de importância acrescida. As empresas europeias têm de ser capazes de operar na UE e enfrentar a concorrência internacional pelo que seria fundamental a reconsideração e reanálise de alguns regulamentos europeus, em preparação e já adotados, devido aos encargos burocráticos e económicos que impõem.

Saudamos as medidas com vista à simplificação e celeridade na atribuição de licenças para projetos, bem como o compromisso de incluir um “competitiveness check” em todas as novas propostas legislativas. No entanto, a estratégia net zero não deverá ser limitada a setores ou tecnologias específicas: todos os setores industriais precisam de fazer parte desta transformação. O objetivo de criar um ambiente favorável que reduza a carga administrativa, simplifique e agilize os procedimentos deve ser estendido a toda a indústria. Este é um esforço que cabe não só à União Europeia como a cada um dos seus Estados-membros.

2. Relativamente ao pilar do financiamento, consideramos que é fundamental o reconhecimento que o relaxamento dos auxílios de estado para projetos verdes criará distorções sérias no mercado interno e afetará o level playing field. Será bom não esquecer que a Alemanha e França representaram 77% dos auxílios de estado aprovados por Bruxelas, ao abrigo do Quadro Temporário de Crise (adotado em 23 de março de 2022). Vemos, assim, com receio, as propostas para um novo “quadro temporário de crise e transição”. A componente de reforço de fundos europeus, para que todos os países possam ter as mesmas possibilidades de sucesso nesta transição é, assim, basilar.

No que diz respeito às ideias sobre financiamento europeu, o plano fica muito limitado a intenções para melhorar a utilização dos instrumentos já existentes. A Comissão Europeia volta a anunciar a criação de um Fundo de Soberania Europeu, ideia já avançada em setembro pela sua Presidente, mas continuamos sem saber, em concreto, qual a sua dimensão ou como será financiado. Como já foi justamente defendido pelo Comissário Thierry Breton, para ser credível, este fundo deve ser dotado dos meios adequados e devemos considerar a possibilidade de o financiar através de dívida comum, como foi feito com sucesso com o NextGeneration EU.



Acreditamos que seria fundamental fazer-se uso da flexibilidade para rever os Planos de Recuperação e Resiliência, de forma a fazer face ao impacto da escalada de custos nos projetos, reforçar o investimento empresarial em projetos que possam impactar o país de forma estrutural, bem como incluir, nomeadamente através do RepowerEU, projetos necessários para reforçar áreas onde Portugal tem vantagens competitivas claras.

3. O pilar das competências é de importância crucial dado que não será possível a Europa liderar a transformação verde, sem um esforço mais significativo de up-skill e re-skill. Devem apoiar-se os Estados-Membros nos seus esforços para assegurar que os sistemas de educação e formação estão alinhados com as necessidades dos mercados de trabalho, com particular destaque para as competências digitais. Mas é necessário que as medidas sejam implementadas de forma eficiente e devem evitar-se a proliferação de iniciativas com impactos limitados, como temos vindo a ver em anos recentes.

Concordamos com a necessidade de desenvolver medidas adequadas para atrair e reter talento. Mas acresce a isto um aspeto que parece ter ficado esquecido, que é a necessidade de se desenvolverem estratégias realistas promotoras da natalidade para, entre outros efeitos, dar resposta à falta de mão-de-obra.

4. Por último, relevamos o esforço da UE em assegurar a abertura do comércio internacional. A Europa nunca será autossuficiente, nem tal é desejável. É fundamental diversificar as nossas cadeias de abastecimento, assegurar contrapartidas justas de acesso ao mercado interno e fomentar o clima de investimento, e acelerar a implementação do Global Gateway. Devemos continuar a desenvolver a rede de acordos de comércio livre, através da conclusão das negociações e ratificação dos acordos em aberto, mas igualmente pela prossecução de novas formas de cooperação com outras regiões, nomeadamente África e América Latina. Lembramos que a ratificação do acordo com o Mercosul seria de extrema importância para o nosso país. O sucesso desta estratégia dependerá da capacidade da UE em manter e desenvolver oportunidades de negócio com outras regiões, assim como em conseguir diversificar o acesso a matérias-primas críticas e componentes necessários para o desenvolvimento, produção e implementação de tecnologias limpas.

Por último, salientamos que a escala de mercado é essencial para alcançar uma vantagem competitiva globalmente. Infelizmente, as novas iniciativas anunciadas na estratégia proposta para aumentar a competitividade e a produtividade não abordam a fragmentação do Mercado Único e a necessidade de eliminar os obstáculos que



CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

ainda minam o seu potencial, quando este deveria ser parte integrante para o sucesso desta estratégia.

A CIP mantém-se disponível para manter o diálogo nestes temas de importância fundamental para a Europa e Portugal, de forma que o Pacto Ecológico possa impulsionar o investimento na transição verde e restaurar o level playing field com nossos principais concorrentes.

Com os melhores cumprimentos,

António Saraiva
Presidente

CIP Confederação Empresarial de Portugal

Sede: Praça das Indústrias – 1300-307 LISBOA . Telef: (+351) 21 316 47 00 . Fax: (+351) 21 357 99 86 . geral@cip.org.pt . NIF: 500 835 934
Porto: Av. Dr. António Macedo – 4450-617 Leça da Palmeira . Telef: (+351) 22 600 70 83 . Fax: (+351) 22 606 20 10 . associados@cip.org.pt
Bruxelas: Av. de Cortenberg, 168, 6 éme . B-1000 Bruxelles – BELGIQUE . Telef: (+32) 227 325 257 . cipbrussels@cip.org.pt
Registo de Transparência da UE: 022255314501-32 . Site: www.cip.org.pt